



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING INTERNET

07/05/2016 ATÉ 07/05/2016



INDÍCE

1	AÇÕES TJMA	
	1.1 SITE MARANHÃO HOJE.....	1
2	EXECUÇÕES PENAIS	
	2.1 SITE ATOS E FATOS.....	2
3	ORÇAMENTO	
	3.1 BLOG GILBERTO LEDA.....	3
4	VARA CRIMINAL	
	4.1 SEM ASSUNTO.....	4

Em crise, TJ pede R\$ 158 milhões a Flávio Dino

A crise que afeta as economias dos estados brasileiros em geral - e do Maranhão em particular - atingiu em cheio o Judiciário maranhense, que antes mesmo do fim do primeiro semestre já apresenta déficit orçamentário e precisa de socorro do Governo do Estado para equilibrar as finanças.

A conta é alta e a fatura foi apresentada há pouco mais de um mês ao governador Flávio Dino (PCdoB) pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Cleones Cunha, em um "almoço informal", segundo documento obtido por O Estado.

Por meio de um ofício datado do dia 16 de março, o magistrado solicitou do comunista a abertura de um "crédito adicional suplementar" de R\$ 158.151.610,15.

A justificativa principal é a mesma apresentada em 2015 pela ex-presidente Cleonice Freire: o orçamento do Poder Judiciário, aprovado pela Assembleia Legislativa, é deficitário. No caso da Lei Orçamentária Anual (LOA) aprovada para o exercício de 2016, segundo o TJ, os recursos destinados ao TJ são 7,31% menores que os aprovados para o exercício do ano passado.

Alega-se, também, que a participação do Judiciário no orçamento estadual diminuiu de 7,76% em 2015, para 6,85% em 2016.

Pessoal - O maior problema do TJ é o pagamento de pessoal. Só para esse fim o desembargador Cleones Cunha precisaria de R\$ 96.849.172,00 - R\$ 5,5 milhões dos quais necessários para garantir reajuste a magistrados e outros R\$ 4,2 milhões para convocação de 20 juízes aprovados em concurso.

Desse total, outros R\$ 17,3 milhões seriam necessários apenas para garantir o fechamento da folha de pagamento, sem contar o reajuste de 6,3%, referente a perdas inflacionárias (R\$ 26 milhões para implantação e outros R\$ 24,9% retroativos).

Para o custeio da máquina o TJ precisa de R\$ 44,4 milhões: são R\$ 23,9 milhões "destinados a recompor os valores necessários para liquidação das obrigações em contratos já firmados"; R\$ 13,7 milhões para pagamento de auxílios e vales de funcionários; e, ainda, outros R\$ 6,7 milhões para reajuste de auxílios alimentação e saúde.

Cunha pediu, também, R\$ 16,8 milhões para concluir a obra de construção da estrutura física do Poder Judiciário na cidade de Imperatriz.

"[Os recursos são] necessários para realizar o fechamento da obra com o fito de evitar a depreciação prematura daquilo que fora construído até o momento", justificou o desembargador.

O que pediu o TJ

R\$ 158.151.610,15.

O que concedeu o governo

R\$ 33 milhões

Governo garantiu menos da metade

Alegando também passar por dificuldades financeiras, o governador Flávio Dino concedeu ao presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Cleones Cunha, menos da metade do que fora pedido - e de forma parcelada.

Após uma reunião realizada na quinta-feira, 5, o Executivo garantiu suplementação de R\$ 63 milhões.

Serão R\$ 18 milhões para o pagamento da Gratificação de Produtividade Judiciária (GPJ) referente ao ano de 2015, que será feito em três parcelas (em julho, agosto e outubro); R\$ 15 milhões, em duas parcelas (a primeira até junho e a segunda na metade do 2º semestre), para o custeio do Judiciário até dezembro de 2016; e, ainda, R\$ 30 milhões para cobrir os gastos com folha de pessoal - nas condições atuais - e pagamento de todos os auxílios existentes até dezembro de 2016.

Segundo a assessoria de imprensa do TJ, "não houve avanços nas negociações relacionadas à suplementação para implantação do reajuste de 6,3%, referente às perdas inflacionárias dos servidores".

"Lamentavelmente, não conseguimos, ainda, garantir a verba para o reajuste, mas continuarei, incansavelmente, empenhado em conseguir essa suplementação em prol dos servidores do Judiciário", disse o presidente, em material distribuído pelo TJ na tarde de quinta-feira.

MAIS

O Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado do Maranhão (Sindjus-MA) posicionou-se formalmente sobre o resultado dos pleitos do TJ ao Governo do Estado e disse, em nota, ter estranhado o fato de que aproximadamente 30% dos que fora liberado tenha sido destinado ao pagamento da Gratificação por Produtividade Judiciária (GPJ).

A GPJ, explica comunicado oficial da entidade, é uma gratificação transitória, "logo não incorpora aos vencimentos dos servidores da Justiça, além de alcançar apenas aqueles que cumpriram as metas de produtividade pré-estabelecida pelo TJ-MA".

Juiz acata denúncia contra Roseana Sarney e Ricardo Murad

O juiz da 7ª Vara Criminal Fernando Luiz Mendes Cruz aceitou a denúncia promovida pelo Ministério Público contra Roseana Sarney, Ricardo Murad, e outras 14, das 15 pessoas, dentre funcionários públicos e empreiteiros, acusados de enriquecimento ilícito e de desviarem recursos da Saúde pública para financiar campanhas eleitorais.

A ex-governadora e o ex-secretário de saúde e os 14 foram acusados de montar uma associação criminosa para subtrair verbas do programa Saúde é Vida a partir das licitações para a construção de 64 unidades hospitalares de baixa complexidade, de 20 leitos, em vários municípios do estado, que consumiu entre 2009 e 2010, cerca de R\$ 151 milhões.

Somados os crimes de fraude à licitação, dispensa ilegal de licitação, favorecimento em dispensa ilegal de licitação, admissão irregular de licitante, contratos superfaturados, peculato e associação criminosa, listados pelo Ministério Público, Roseana e Ricardo podem pegar até 29 anos de prisão.

Na decisão, Fernando Cruz ressaltou que as transações de recursos para as empresas contratadas sem licitação, se destinaram para financiar a campanha eleitoral de Roseana Sarney em 2010 e seu partido, o PMDB, que receberam cerca de R\$ 1.950.000,00 em "doações".

Roseana também responderá pelos crimes apontados pelo Ministério Público por ter encabeçado na condição de governadora, os atos de divulgação das obras, inaugurações e ampla campanha publicitária pré-eleitoral, pondo os negócios "dos hospitais em grande quantidade, como atos administrativos em seu nome", escreveu Fernando Cruz.

Marcelina Sofia Costa Leite foi excluída da denúncia pelo próprio MP, em aditamento, por não haver elementos indiciários de que tenha recebido recursos públicos do suposto esquema.

Além de Roseana e Ricardo irão responder processo judicial Antonio Barbosa de Alencar, Antonio Gualberto Barbosa Melo, Antonio José de Oliveira Neto, Delci Aparecida Toledo M Nepomuceno da Silva, Fernando Neves da Costa e Silva, Gardenia Baluz Couto, Jeferson Nepomuceno da Silva, José Márcio Soares Leite, José Orlando Soares Leite Filho, Mirella Palácio de Alencar, Osvaldino Martins de Pinho, Ozororio Guterres de Abreu, Rosane Campos daSilva Melo e Sérgio Sena de Carvalho.

Todos terão dez dias para apresentarem suas defesas por escrito.

Justiça nega saída temporária para 15 presos de Pedrinhas

346 presos do Complexo de Pedrinhas saíram com o benefício do Dia das Mães

SÃO LUÍS - A Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP) informou, por meio de nota, que dos 361 detentos beneficiados com a saída temporária do Dia das Mães, concedida pela Justiça, na manhã desta quinta-feira (05), apenas 346 saíram efetivamente, já que 15 foram impedidos por haver novas ordens judiciais. O retorno dos internos ao sistema prisional deverá ocorrer até às 18h de quarta-feira (11), prazo este determinado pela juíza da 1ª Vara de Execuções Penais (VEP), Ana Maria Almeida Vieira, por meio da Portaria 014/2016, que prevê pena de regressão de regime, para os internos que descumpri-la.

Segundo o Poder Judiciário, nas cinco saídas temporárias de 2015, 234 apenados não retornaram aos presídios da Região Metropolitana de São Luís e são considerados foragidos da Justiça.

A Vara de Execuções Penais já informou a Sejap, a Superintendência da Polícia Federal, Superintendência da Polícia Rodoviária Federal e a direção dos estabelecimentos penais da Comarca da Ilha de São Luís sobre esta saída temporária para o dia das mães.

Essa portaria determina também que os apenados beneficiados deviam seguir algumas normas quando estivessem do lado de fora do presídio como: não ingerir bebidas alcoólicas, não portar armas e não frequentar bares, festas e/ou similares. O recolhimento deles às respectivas residências deviam acontecer até as 20h.

Governo do Estado e Judiciário realizam o 1º mutirão para negociação de débitos fiscais

Escrito por Maranhão Hoje Sábado, 07 Maio 2016 00:03

O Governo do Estado, em parceria com o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), realiza o 1º Mutirão de Negociação Fiscal do Maranhão, entre 16 e 18 de maio, no hall dos cinemas do Shopping da Ilha. O evento pretende incentivar o contribuinte a regularizar débitos fiscais, assegurando desconto em multas e juros de ICMS e IPVA, conciliação jurídica, serviços do Detran e do Viva.

Organizado pelas Secretarias de Estado de Comunicação e Assuntos Políticos (Secap), de Fazenda (Sefaz), Detran, Procon e Procuradoria Geral do Estado (PGE), o 1º Mutirão tem a expectativa de receber aproximadamente três mil contribuintes inadimplentes.

Na negociação do débito fiscais do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), o contribuinte poderá chegar até 100% de desconto nos juros, se pagar em parcela única. Caso resolva parcelar em até 60 vezes, o desconto é de 80%, e entre 61 e 120 parcelas, o desconto será de 60%. Para negociar IPVA, o desconto chega a 100%, caso opte pelo pagamento em parcela única.

Quem tiver interesse em realizar a negociação, deve acessar o hot site do evento (www.ma.gov.br/mutiraofiscal), para, a partir da digitação do CPF, confirmar a presença no 1º Mutirão de Negociação Fiscal do Maranhão.